

JOURNAL *of* LAW *and* REGULATION

May 2018

Participação e expertise técnica nas Agências Reguladoras: a regulação deve se submeter à vontade da maioria?

Poder Judiciário e deferência administrativa: o caso Fator GSF

Algoritmos, regulação e governança: uma revisão de literatura

Funções de autoridade pública: sobre a constitucionalidade de sua delegação a particulares e a análise do Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 280, de 2017

Regulação deliberativa: em busca do interesse público na regulação de contratos de concessão de longo prazo

Montagem da Agenda e Formulação da Política Pública: Austeridade Fiscal no Brasil

As agências reguladoras e o modelo constitucional brasileiro

A nova cobrança por bagagens despachadas e a Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC): corporativismo ou mediação de interesses?

O Judiciário como Ator Regulador da Internet: seu papel no esquema de forças do Estado moderno

Regulação e camada física da internet: análise quanto à intervenção regulatória à luz da teoria neorrepública

Aplicação da teoria processual administrativa no procedimento de consulta no âmbito da Comissão de Valores Mobiliários (CVM): análise da decisão sobre a natureza jurídica da incorporação de ações pela CVM

Política Pública em ciclo e implementação: o caso do art. 153 do Novo Código de Processo Civil na 1ª Vara Cível da Comarca de Caicó – RN

A atuação do COAF na prevenção à lavagem de dinheiro à luz da Teoria da Regulação Responsiva

Projeto 'Suslegis': Consolidação de normas infralegais do Sistema Único de Saúde (SUS)

UNIVERSITY OF BRASÍLIA
School of Law
Center on Law and Regulation

CC BY 4.0
Free Cultural Work

Permanent Identifier for the Web
The Journal and each article individually at

LexML

<http://lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:redede.virtual.bibliotecas:revista:2015;001079346>

Volume 1, Issues 1 and 2, May 2015 and October 2015 (21 double-blind peer-reviewed articles published)

Volume 2, Issues 1 and 2, May 2016 and October 2016 (30 double-blind peer-reviewed articles published)

Volume 3, Issue 1 and 2, May 2017 and October 2017 (26 double-blind peer-reviewed articles published)

Volume 4, Issue 1, May 2018 (14 double-blind peer-reviewed articles published)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

R454 Revista de Direito Setorial e Regulatório = Journal of Law and Regulation / Núcleo de Direito Setorial e Regulatório = Research Center on Law and Regulation. - v.4, n.1 - (2018) - Brasília: Universidade de Brasília, 2018.
v. 4

ISSN 2446-550X
EISSN 2446-5259

1. Direito - Periódicos. 2. Regulação. I. Núcleo de Direito Setorial e Regulatório. II. Título: Revista de Direito Setorial e Regulatório.

CDU: 349

© THE AUTHORS 2018. PUBLISHED BY UNIVERSITY OF BRASILIA SCHOOL OF LAW RESEARCH CENTER ON LAW AND REGULATION. THIS IS AN OPEN ACCESS JOURNAL DISTRIBUTED UNDER THE TERMS OF THE CREATIVE COMMONS ATTRIBUTION 4.0 INTERNATIONAL (CC BY 4.0), WHICH PERMITS TO REPRODUCE AND SHARE THE LICENSED MATERIAL, IN WHOLE OR IN PART, PRODUCE, REPRODUCE, AND SHARE ADAPTED MATERIAL, PROVIDED THE ORIGINAL WORK IS NOT ALTERED OR TRANSFORMED IN ANY WAY, AND THAT THE WORK IS PROPERLY CITED.

REVISTA *de* DIREITO SETORIAL *e* REGULATÓRIO

Maio de 2018

Participação e expertise técnica nas Agências Reguladoras: a regulação deve se submeter à vontade da maioria?

Poder Judiciário e deferência administrativa: o caso Fator GSF

Algoritmos, regulação e governança: uma revisão de literatura

Funções de autoridade pública: sobre a constitucionalidade de sua delegação a particulares e a análise do Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 280, de 2017

Regulação deliberativa: em busca do interesse público na regulação de contratos de concessão de longo prazo

Montagem da Agenda e Formulação da Política Pública: Austeridade Fiscal no Brasil

As agências reguladoras e o modelo constitucional brasileiro

A nova cobrança por bagagens despachadas e a Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC): corporativismo ou mediação de interesses?

O Judiciário como Ator Regulador da Internet: seu papel no esquema de forças do Estado moderno

Regulação e camada física da internet: análise quanto à intervenção regulatória à luz da teoria neorrepublicana

Aplicação da teoria processual administrativa no procedimento de consulta no âmbito da Comissão de Valores Mobiliários (CVM): análise da decisão sobre a natureza jurídica da incorporação de ações pela CVM

Política Pública em ciclo e implementação: o caso do art. 153 do Novo Código de Processo Civil na 1ª Vara Cível da Comarca de Caicó – RN

A atuação do COAF na prevenção à lavagem de dinheiro à luz da Teoria da Regulação Responsiva

Projeto 'Suslegis': Consolidação de normas infralegais do Sistema Único de Saúde (SUS)

UNIVERSITY OF BRASILIA
School of Law
Center on Law and Regulation

J.L.R. Masthead

Journal of Law and Regulation

ISSN 2446-550X – EISSN 2446-5259

University of Brasilia Center on Law and Regulation (School of Law)

Universidade de Brasília
Faculdade de Direito
Núcleo de Direito Setorial e Regulatório
Campus Universitário de Brasília
Brasília, DF, CEP 70919-970
Caixa Postal 04413, Brasil
Tel.: +55(61)3107-0713
ndsr@unb.br

Periodicity

The J.L.R. publishes two annual issues released on May and October uninterrupted since May 2015.

Mission/Scope/Focus/Areas of Expertise/Emphasis

The Journal of Law and Regulation mission is to publish legal and interdisciplinary analyses on regulated sectors phenomena, such as, but not limited to, sanitation, education, health, energy, natural resources, telecommunications, land transportation, civil aviation, manufacturing, agriculture, shipping, navigation and navigable waters, trade and exchange, financial system, and so forth, emphasizing national and foreign experiences through the lenses of regulatory theories.

INFORMATION FOR AUTHORS AND READERS

Submission process and Criteria for the Double-Blind Peer Review Process

The journal hosts only original articles and the authors are requested to submit them through the website of the University of Brasilia Center on Law and Regulation (<http://www.ndsr.org/SEER/index.php>). The journal adopts the double-blind peer review process and each reviewer rates the article according to the article quality (10%), theoretical relevance (10%), originality (10%), adherence to the journal's topics of interest (10%), manuscript presentation (10%), reviewer's assessment (50%).

Languages

The journal accepts articles in Portuguese, English, Spanish, French and Italian.

Format for in-text Citations and References

The journal adopts the ABNT NBR (Brazilian Association of Technical Standards) citation and reference format.

Abstract and Keywords

The journal adopts structured abstracts with clear indication of purpose, methodology/approach/design, findings, practical implications, and originality/value of the papers. Keywords should depict the actual content of the article and be limited to five, according to the ABNT NBR 6028 standard.

Authorship of the paper

Authorship should be limited to those who have made a significant contribution to the conception, design, execution, or interpretation of the reported study. All those who have made significant contributions should be listed as co-authors and their specific contribution should be listed at the end of the article after the double-blind peer review process. Where there are others who have participated in certain substantive aspects of the research project, they should be acknowledged in a footnote or listed as contributors. All authors should be identified in a footnote after the review process with their academic status, institutional activities and email.

Copyright

The journal is an open access journal distributed under the terms of the Creative Commons Attribution 4.0 International (CC BY 4.0), which permits to reproduce and share the licensed material, in whole or in part, produce, reproduce, and share adapted material, provided the original work is not altered or transformed in any way, and that the work is properly cited.

Disclosure and Conflicts of Interest

All authors should disclose in their manuscript any financial or other substantive conflict of interest that might be construed to influence the results or interpretation of their manuscript. All sources of financial support for the project should be disclosed.

Examples of potential conflicts of interest which should be disclosed include employment, consultancies, stock ownership, honoraria, paid expert testimony, patent applications/registrations, and grants or other funding. Potential conflicts of interest should be disclosed at the earliest stage possible.

Disclaimer and Liability

The editorial board accepts articles for educational and informational purposes only and should not be used to replace either official documents or professional advice. The information contained in this journal is not guaranteed to be up to date and does not provide legal advice. Any views expressed in the published articles are exclusively of their authors and should not be construed as an endorsement by the University of Brasilia or the editorial board of the article content or authors' views.

Expediente da RDSR

Revista de Direito Setorial e Regulatório

ISSN 2446-550X – E-ISSN 2446-5259

Núcleo de Direito Setorial e Regulatório da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília

Universidade de Brasília

Faculdade de Direito

Núcleo de Direito Setorial e Regulatório

Campus Universitário de Brasília

Brasília, DF, CEP 70919-970

Caixa Postal 04413, Brasil

Tel.: +55(61)3107-0713

ndsr@unb.br

Periodicidade

A RDSR publica números semestrais em maio e outubro de forma ininterrupta desde maio de 2015.

Missão/Escopo/Enfoque/Temática/Ênfase

A Revista de Direito Setorial e Regulatório da UnB tem por missão a publicação de artigos sobre fenômenos setoriais e regulatórios sob o enfoque exclusivamente jurídico ou interdisciplinar, alcançando todos os temas de interesse dos diversos setores regulados, tais como saneamento, educação, saúde, energia, recursos naturais, telecomunicações, radiodifusão, transportes terrestres, transportes marítimos, navegação de cabotagem, navegação interior, aviação civil, sistema financeiro, infraestrutura aeroportuária, produção agrícola, produção industrial, entre outros, com ênfase na análise de bases empíricas setoriais nacionais e internacionais a partir de teorias regulatórias.

INSTRUÇÕES AOS AUTORES E INFORMAÇÕES AOS LEITORES

Submissão de artigos e Critérios para Dupla Revisão Cega por Pares

A Revista de Direito Setorial e Regulatório somente aceita artigos originais, que devem ser submetidos exclusivamente no sítio eletrônico do Núcleo de Direito Setorial e Regulatório da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília por intermédio do sistema eletrônico de submissões (<http://www.ndsr.org/SEER/index.php>), que adota o método de revisão duplo cego por pares, apoiados nos critérios de qualidade do conteúdo (10%), relevância teórica ou prática (10%), originalidade (10%), adequação à temática da Revista (10%), apresentação do trabalho (10%), recomendação geral do especialista revisor (50%).

Idiomas aceitos

A Revista de Direito Setorial e Regulatório aceita artigos escritos em português, inglês, espanhol, francês ou italiano.

Normas Bibliográficas e de Citações

A Revista adota o formato ABNT NBR (Associação Brasileira de Normas Técnicas) para citações e referências bibliográficas.

Resumos e Palavras-Chave

A Revista adota o modelo de resumos estruturados, mediante clara indicação do propósito, metodologia/abordagem/design, resultados, implicações práticas e originalidade/relevância do artigo. As palavras-chave devem refletir o real conteúdo do artigo, limitadas a cinco descritores, e conforme norma ABNT NBR 6028.

Autoria

A autoria dos artigos submetidos à Revista de Direito Setorial e Regulatório deve estar limitada às pessoas que tenham contribuído significativamente à concepção, design, execução ou interpretação dos resultados. Todos que tiverem contribuído significativamente para o trabalho devem ser listados como coautores, inserindo-se, posteriormente ao processo de revisão cega por pares, ao final do artigo, a indicação da contribuição de cada autor. Quando alguém houver participado em momentos específicos e relevantes do projeto de pesquisa pertinente, a ele(a) deve-se atribuir a condição de auxílio à pesquisa e referidos em nota de rodapé de agradecimento. Os autores devem estar identificados, após processo de revisão cega por pares, com sua formação pregressa e vinculação institucional, inclusive email.

Direitos Autorais

A Revista de Direito Setorial e Regulatório é de acesso aberto, nos termos da licença *Creative Commons Attribution 4.0 International* (CC BY 4.0), que permite a reprodução e o compartilhamento do material licenciado, no todo ou em parte, a produção, reprodução e compartilhamento do material adaptado, condicionado a que o trabalho original não seja alterado ou transformado de qualquer modo e que o trabalho seja adequadamente citado.

Conflito de Interesse

Todos os autores devem divulgar em seus artigos qualquer conflito de interesse, seja financeiro ou de outra natureza, que possa levar a influenciar os resultados ou a interpretação dos seus artigos. Todas as fontes de financiamento para o projeto de pesquisa pertinente devem ser divulgadas. Exemplos de conflitos de interesse potenciais que devem ser divulgados incluem vínculos empregatícios, consultorias, participação acionária, honrarias, perícia, registro de patentes, prêmios ou outro tipo de financiamento. Conflitos de interesse potenciais devem ser divulgados o quanto antes.

Indicação de Responsabilidade

A Comissão Editorial da Revista de Direito Setorial e Regulatório aceita artigos com a finalidade de divulgação científica, educacional ou meramente informativa. A Revista não deve ser utilizada como substitutivo a pesquisa de documentos oficiais ou à consulta profissional. Embora o Corpo Editorial da Revista preze pela qualidade e precisão de todos os artigos publicados, não há garantia de que a informação nela contida esteja atualizada, bem como ela não se destina a substituir a necessária consultoria advocatícia para quem dela necessite. Os dados e opiniões emitidas nos artigos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores correspondentes e não significam que a Universidade de Brasília, a Comissão Editorial ou qualquer membro do corpo editorial endossam seu conteúdo ou pontos de vista.

Editorial Board / Conselho Editorial

Prof. Márcio Iorio Aranha	<i>Universidade de Brasília (UnB), Faculdade de Direito, Brasília/DF, BRASIL</i>
Prof. Ana Frazão	<i>Universidade de Brasília (UnB), Faculdade de Direito, Brasília/DF, BRASIL</i>
Prof. Andre Rossi de Oliveira	<i>Utah Valley University, School of Business, Finance and Economics, Orem/UT, USA</i>
Prof. Andreas J. Krell	<i>Universidade Federal de Alagoas, Faculdade de Direito de Alagoas, Maceió/AL, BRASIL</i>
Prof. Ang Peng Hwa	<i>Nanyang Technological University, College of Humanities, Arts & Social Sciences, Wee Kim Wee School of Communication and Information, SINGAPORE</i>
Prof. Carina Costa de Oliveira	<i>Universidade de Brasília (UnB), Faculdade de Direito, Brasília/DF, BRASIL</i>
Prof. Clara Luz Álvarez González de Castilla	<i>Universidad Panamericana, Facultad de Derecho, Ciudad de México, MÉXICO</i>
Prof. Diego Cardona	<i>Universidad de Rosario, Escuela de Administración, Ciencias de la Dirección, Bogotá, COLOMBIA</i>
Prof. Francisco Sierra Caballero	<i>Universidad de Sevilla, Facultad de Comunicación, Sevilla/Andaluzia, ESPAÑA</i>
Prof. Hernán Galperin	<i>University of Southern California, Annenberg School for Communication and Journalism, Los Angeles/CA, USA</i>
Prof. Joaquín Cayón de las Cuevas	<i>Universidad de Cantabria, Facultad de Derecho, Departamento de Derecho Privado, Santander/Cantabria, ESPAÑA</i>
Prof. Jorge Luis Tomillo Urbina	<i>Universidad de Cantabria, Facultad de Derecho, Departamento de Derecho Privado, Santander/Cantabria, ESPAÑA</i>
Prof. Juan Manuel Mecinas Montiel	<i>Center for Economic Research and Teaching – CIDE, Ciudad de México, MÉXICO</i>
Prof. Judith Mariscal	<i>Center for Economic Research and Teaching – CIDE, Ciudad de México, MÉXICO</i>
Prof. Liliana Ruiz de Alonso	<i>Universidad San Martín de Porres, Instituto del Perú, Lima, PERÚ</i>
Prof. Lucas Sierra	<i>Universidad de Chile, Escuela de Derecho, Santiago de Chile, CHILE</i>
Prof. Marcos Paulo Veríssimo	<i>Universidade de São Paulo (USP), Faculdade de Direito, Departamento de Direito do Estado, São Paulo/SP, BRASIL</i>
Prof. Maria Célia Delduque Nogueira Pires de Sá	<i>Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Programa de Direito Sanitário, Rio de Janeiro/RJ, BRASIL</i>
Prof. Martha Garcia-Murillo	<i>Syracuse University, School of Information Studies, Syracuse/NY, USA</i>
Prof. Nicola Matteucci	<i>Università Politecnica delle Marche, Dipartimento di Scienze Economiche e Sociali, Platform Economics, Industrial Organization, Law and Economics, Ancona/Marche, ITALIA</i>
Prof. Raúl Katz	<i>Columbia University, Columbia Institute for Tele-Information, New York/NY, USA</i>
Prof. Roberto Muñoz	<i>Universidad Técnica Federico Santa María, Departamento de Industrias, Valparaíso/Valparaíso, CHILE</i>
Prof. Sandrine Maljean-Dubois	<i>Université d'Aix-Marseille, Centre d'Etudes et de Recherches Internationales et Communautaires, Aix-en-Provence, FRANCE</i>
Prof. Vinícius Marques de Carvalho	<i>Universidade de São Paulo (USP), Faculdade de Direito, Departamento de Direito Comercial, São Paulo/SP, BRASIL</i>

e-Copyeditors / Editores de Conteúdo Eletrônico

André Moura Gomes e Marcos Urupá

Double-blind Peer-Reviewers / Avaliadores cegos por pares

Adriano Henrique, Alethele Santos, Alfredo Lobo, Amanda Nunes Lopes Espiñeira Lemos, Ana Becker Salles, Ana Borges de Oliveira, Carlos Prado, Claudio Hugnet, Eduarda Moraes Chacon, Fernando Feitosa, Izabela Patriota, Joedson de Souza Delgado, José Vieira, Lauro Brito, Juliana Carvalho de Paiva, Luiz Eduardo Araujo, Marcelo de Lima, Marcos Francisco Urupá, Maria Luiza Gomes, Raianne Coutinho, Roberta Gonçalves, Tereza Braga.

Dear Reader,

We are pleased to introduce the first issue of the fourth volume of the University of Brasilia Journal of Law and Regulation (JLR).

During this year, the journal will publish a number of original articles on topics relevant to regulatory theory and practice.

In this issue, we are delighted to include articles on health law, money laundering, judicial compliance rules, juridical nature of the merger of shares, Internet regulatory intervention, regulatory agencies, checked baggage regulation, constitutional framework of regulation, fiscal austerity and policy agenda setting, deliberative regulation, public authority delegation, algorithmic regulation, judicial deference in the GSF Factor Case, including an opening article that addresses the question whether regulation should be submitted to the will of the majority.

For future issues, we will continue to publish articles on all regulated sectors from law and interdisciplinary perspectives, not least related to advances at the intersection of law and regulatory practice.

We hope you have enjoyed reading the first three volumes of this journal, and we look forward to a eighth issue to be released on October 2018.

Sincerely,

Prof. Marcio Iorio Aranha
Editor-in-Chief, Journal of Law and Regulation, University of Brasilia Law School
On behalf of the Editorial Board

Prezado(a) Leitor(a),

Este número da Revista de Direito Setorial e Regulatório (RDSR) da Universidade de Brasília traz vários artigos originais sobre diversos temas relevantes para a teoria e a prática regulatória, cumprindo com a finalidade de agregar olhares inovadores ao fenômeno regulatório.

Neste número, foram inseridos artigos sobre direito sanitário, atuação do COAF na prevenção à lavagem de dinheiro à luz da teoria responsiva, administração judiciária, procedimento de consulta da CVM referente à incorporação de ações, intervenção regulatória na internet à luz da teoria neorrepública, regulação judicial da internet, cobrança por bagagens despachadas frente à teoria corporativista, constitucionalidade das agências reguladoras, austeridade fiscal, regulação deliberativa em contratos de concessão de longo prazo, delegação a particulares de funções de autoridade pública, regulação algorítmica, deferência administrativa no Poder Judiciário segundo o caso Fator GSF, e um estudo sobre a participação e expertise técnica frente a propostas de submissão da regulação à vontade da maioria.

Para os números que se seguirão, estaremos empenhados em dar continuidade à publicação de artigos sobre quaisquer setores regulados em perspectiva estritamente jurídica, como também interdisciplinar, em especial aqueles pertinentes a novas abordagens da relação entre direito e prática regulatória.

Esperamos que tenha apreciado a leitura dos três primeiros volumes, no aguardo do oitavo número da RDSR a ser publicado em outubro de 2018.

Atenciosamente,

Prof. Marcio Iorio Aranha
Editor, Revista de Direito Setorial e Regulatório, Faculdade de Direito da UnB
Em nome do Conselho Editorial

TABLE OF CONTENTS / SUMÁRIO

Articles / Artigos

Participação e expertise técnica nas Agências Reguladoras: a regulação deve se submeter à vontade da maioria? (Raianne Liberal Coutinho)

[Participation and Technical Expertise in Brazilian Regulatory Agencies: Should Regulation be Submitted to the Will of the Majority?] **1**

Introdução	2
A expertise técnica das Agências Reguladoras	3
Participação e decisões regulatórias	5
O caso do Carbofurano: a consulta pública de treze mil contribuições	8
O caso do fosfoetanolamina: o contraponto entre a esperança e a prova	11
Expertise técnica e participação: é possível conciliar?	13
Conclusão	15
Referências Bibliográficas	16

Poder Judiciário e deferência administrativa: o caso Fator GSF (Rodrigo Parente Paiva Bentemuller)

[Judiciary and Judicial Deference: The GSF Factor Case] **21**

Introdução	22
A atuação do Poder Judiciário em mercados regulados: o caso Fator GSF	23
O Estado Administrativo e o papel do Judiciário: Doutrinas Chevron e Auer	27
Conclusões	35
Referências Bibliográficas	36

Algoritmos, regulação e governança: uma revisão de literatura (Henrique Felix de Souza Machado) 39

[Algorithms, regulation, and governance: a literature review]

Introdução	40
Uma breve recapitulação de conceitos	41
Algoritmos	41
Teorias de governança e regulação do ciberespaço	44
Algoritmos, regulação e governança: uma revisão da literatura	46
Método e escopo da revisão	46
Publicações por marco teórico e temática	47
Biopolítica e a tradição foucaultiana	48
Teoria do ator-rede	49
Economia, negócios e produção colaborativa	50
Autorregulação, governança regulatória e setor público	52
Globalização e relações internacionais	54
Outras perspectivas teóricas e temáticas	55
Conclusão	56
Referências Bibliográficas	56

Funções de autoridade pública: sobre a constitucionalidade de sua delegação a particulares e a análise do Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 280, de 2017 (Rafael Rodrigues Pessoa de Melo Camara) 63

[Public Authority's Functions: About the Constitutionality of Private Delegation and the Analysis of the Senate's Bill no. 280, of 2017]

Introdução	64
Breves notas sobre a atividade regulatória e o exercício do poder de polícia	65
Da (In)Delegabilidade do Poder de Polícia a Particulares	66
A experiência norte-americana e a <i>Nondelegation Doctrine</i>	71
Da análise do Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 280, de 2017	73
Conclusão	76
Referências Bibliográficas	76

Regulação deliberativa: em busca do interesse público na regulação de contratos de concessão de longo prazo (Milton Carvalho Gomes) 79

[Deliberative Regulation: Searching the Public Interest on the Regulation of Long-Term Concession Contracts]

Introdução	80
------------	----

Desenvolvimentos teóricos acerca do interesse público na regulação: validade e legitimidade da regulação estatal	85
Tripartismo e a possibilidade de um processo regulatório deliberativo	90
Os contratos públicos de longo prazo e sua adequação ao dinâmico e mutável interesse público no tempo	97
A Regulação deliberativa na atualização de contratos públicos de longo prazo: proposta de modelagem regulatória	101
Conclusão	107
Referências Bibliográficas	108
Montagem da Agenda e Formulação da Política Pública: Austeridade Fiscal no Brasil (Adriano Cardoso Henrique)	111
<i>[Public Policy Agenda Setting: Fiscal Austerity in Brazil]</i>	
Introdução	112
Contexto fático da formação da agenda e a Emenda Constitucional nº 95 de 2016	113
Ciclos de Políticas Públicas (Policy Cycle): Montagem da Agenda e Formulação das Políticas	115
Ideias subjacentes à política pública: a ideologia neoliberal	117
Uma nova roupagem neoliberal: austeridade fiscal no Brasil	119
Meta-abordagens positivistas e pós-positivistas	122
Abordagem Positivista	123
Teorias pós-positivistas	124
Conclusão	127
Referências Bibliográficas	128
As agências reguladoras e o modelo constitucional brasileiro (Ana Carolina Borges de Oliveira)	131
<i>[Regulatory Agencies and the Constitutional Brazilian System]</i>	
Introdução	132
A teoria liberal da separação de poderes	133
A teoria da separação de poderes na Constituição Federal de 1988	136
A teoria discursiva de <i>Jürgen Habermas</i>	139
A atividade normativa das agências reguladoras no direito brasileiro	143
Conclusão	147
Referências Bibliográficas	148

A nova cobrança por bagagens despachadas e a Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC): corporativismo ou mediação de interesses? (Alfredo Ribeiro da Cunha Lobo)	151
<i>[The New Fee for Checked Baggage and the National Civil Aviation Agency (ANAC): Corporatism or Mediation of Interests?]</i>	
Introdução	152
A Teoria Corporativista Integral e Pura de Mihail Manoilescu	152
O Estado regulador e a atividade mediadora das agências reguladoras	159
Verificação das pesquisas sobre valor das passagens aéreas após início da cobrança por bagagem despachada	163
Conclusão	165
Referências Bibliográficas	166
O Judiciário como Ator Regulador da Internet: seu papel no esquema de forças do Estado moderno (Amanda Nunes Lopes Espiñeira Lemos)	169
<i>[The Judiciary as Regulatory Actor of the Internet: Its Role in the Framework of Forces of the Modern State]</i>	
Introdução	170
Apontamentos Teóricos para a Regulação da Internet: o papel do Judiciário no esquema de forças do Estado moderno	172
Diálogo entre regulação e argumentação: análise da decisão pública de bloqueio do WhatsApp no Brasil	178
Data Protection Authorities: importância do órgão para a resolução de conflitos	183
Conclusão	185
Referências Bibliográficas	186
Regulação e camada física da internet: análise quanto à intervenção regulatória à luz da teoria neorrepública (Luana Chystyna Carneiro Borges)	189
<i>[Regulation and Internet Physical Layer: Analysis of Regulatory Intervention in light of the Neo-Republican Theory]</i>	
Introdução	190
As ideias neorrepúblicas de Pettit e Sunstein	192
Estrutura conceitual da camada física da internet	195
A Internet e suas camadas	195
Detalhando a camada física e seus arranjos comerciais	197
Necessidade e/ou possibilidade de intervenção regulatória	202
Conclusão	208
Referências Bibliográficas	209

Aplicação da teoria processual administrativa no procedimento de consulta no âmbito da Comissão de Valores Mobiliários (CVM): análise da decisão sobre a natureza jurídica da incorporação de ações pela CVM (Rodrigo Moreira Lopes) 213

[Implementation of Administrative Process Theory in the Consultation Process within the Brazilian Securities and Exchange Commission (CVM): Analysis of the CVM's Decision on the Juridical Nature of the Merger of Shares]

Introdução	214
Teoria processual administrativa da regulação	215
Descrição da tomada de decisão da CVM sobre o instituto da incorporação de ações	217
Análise crítica da decisão da CVM, sob a perspectiva da teoria processual administrativa	220
Participação dos interessados na tomada de decisão administrativa	220
Transparência na tomada de decisão	224
Coleta de dados e informações de forma ampla, no âmbito do processo decisório	226
Forma como os dados e informações são analisados pela entidade reguladora	229
Conclusão	231
Referências Bibliográficas	233

Política Pública em ciclo e implementação: o caso do art. 153 do Novo Código de Processo Civil na 1ª Vara Cível da Comarca de Caicó - RN (André Melo Gomes Pereira) 235

[Public Policy in Cycle and its Implementation: The Case of Article 153 of The New Code of Civil Procedure at the 1st Civil Court of Caico-RN]

Introdução	236
Política pública em ciclos e a fase de implementação	237
Política pública, Poder Judiciário e art. 153 do NCP	240
Estudo de Caso: a 1ª Vara Cível da Comarca de Caicó no Rio Grande do Norte	250
Conclusão	259
Referências Bibliográficas	259

A atuação do COAF na prevenção à lavagem de dinheiro à luz da Teoria da Regulação Responsiva (Vânia Lúcia Ribeiro Vieira) 263

[The Performance of the Brazilian Financial Intelligence Unit in the Prevention of Money Laundering in View of the Theory of Responsive Regulation]

Introdução	264
A Teoria da Regulação Responsiva	267
O compliance na Lei de Lavagem de Dinheiro	270
A atuação do COAF na regulação dos sujeitos obrigados pela Lei de Lavagem de Dinheiro	274
A aderência da atuação do COAF à Teoria da Regulação Responsiva	279
Conclusão	285
Referências Bibliográficas	285

Projeto 'Suslegis': Consolidação de normas infralegais do Sistema Único de Saúde (SUS) (Alethele de Oliveira Santos e João Alberto de Oliveira Lima) 289

[Project 'Suslegis': Consolidation of Rules of the Unified Health System (SUS)]

Introdução	290
Do Direito à Saúde no Brasil e sua normatização	292
Da normativa infralegal no SUS	294
Da Consolidação das Normas do Gabinete do Ministro da Saúde	295
Conclusão	301
Referências Bibliográficas	302

Dados da Publicação e Normas para Submissão de Manuscritos 307

[Journal Info and Manuscript Submission Process]